



## Na contramão das eleições: uma análise da campanha “Fora Política”\*

**Autora: Glícia Maria Pontes Bezerra<sup>1</sup>.**

---

### ABSTRACT:

This research investigates the relationships between Media and politic, especially inside anti-hegemonic groups. The topic is focused in the campaign "Fora Política" created between 2005 – 2006 and promoted by the Critica Radical, a group from Ceará – Brasil. The main hypothesis is that these groups have been coming more organized and creating ways to get a space in the media.

---

A transformação da visibilidade, ressaltada por Thompson (1998), é uma das particularidades contemporâneas que levou a mudanças na sociabilidade; transformações estas que também fazem-se sentir no campo da política. Muitos são os estudos que tratam das problemáticas geradas a partir do desenvolvimento acelerado da chamada ‘interação mediada’.

A política, sobretudo no seu âmbito competitivo, inaugura um padrão publicitário (Carvalho, 1999) – as imagens e textos passam a ser elaboradas a partir de parâmetros do marketing político e da linguagem dos meios de comunicação massivos. O espetáculo, presente desde as mais remotas manifestações políticas, como analisa Gomes (2004), passa a ser trabalhado em consonância com a gramática midiática.

Essa reformatação se expande também para as demais formas do “fazer político”. Os movimentos sociais e contra-hegemônicos recorrem a esses elementos comunicativos e se adaptam, guardando suas peculiaridades e limitações financeiras, a essa nova ordem. Alguns estudos apresentam experiências com essa perspectiva, tais como o estudo realizado por Rubim sobre a comunicação no movimento dos Neozapatistas e o livro de John Downing, *Mídia Radical*, que analisa diversos tipos de mídia empregados por movimentos de contestação ao sistema capitalista e às diversas formas de mobilização política.

Nesta pesquisa trataremos de um fenômeno local, mas que reflete essa tendência que apresentamos. Desde o final do ano de 2005, o Grupo Crítica Radical, sediado em Fortaleza e formado por ex-militantes da esquerda partidária do Ceará, conduz uma campanha intitulada “Fora Política”. Através da divulgação em outdoors, anúncios nos principais jornais da capital cearense, adesivos de carro e jingle, o grupo apresenta sua

---

\* Trabalho apresentado na Sessão Coordenada Ativismo, Mídia e Sociedade, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

<sup>1</sup> Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

proposta de boicote eleitoral e político. Um ponto a ser analisado é a concepção do conceito de política adotado pelo Grupo, que se vê fora daquilo que chama de “política”. Ou seja, utiliza o termo política como sinônimo de poder, governo e partido. Nesse artigo, trabalharemos com uma compreensão “alargada” do conceito, como atividade cotidiana articulada com a economia e a cultura da sociedade, pois entendemos que as ações do grupo também podem ser classificadas como ações políticas, pois referem-se a esta atividade. Ao analisar o partido político, Gramsci (1984, p. 20) afirmou: “(...) os partidos podem-se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos’”.

Ocuparemos-nos, principalmente, em apresentar as principais reflexões teóricas acerca do conceito de política que abarcaria este fenômeno. Partimos da compreensão acerca da imbricada relação existente entre mídia e política na contemporaneidade, para observarmos um grupo (anti)político que, mesmo estando fora da institucionalidade partidária, atua no sentido de publicar suas idéias através, muitas vezes, dos meios de comunicação massivos.

Nossa curiosidade está, portanto, em investigar a migração desses grupos contra-hegemônicos de cenários marginalizados e meios “artesanais” de divulgação para a “ocupação” de espaços de extrema visibilidade midiática. A partir dessa campanha de propaganda, percebe-se também repercussões na imprensa – como ocorreu com a campanha “Greve do Voto”, realizada pelo grupo durante as eleições municipais de 2004, e com o caso da “tortada” no ex-ministro Ricardo Berzoini, promovida pelos mesmos militantes – com a posterior exibição das ações em noticiários nacionais e locais.

Propomos que, para entender essas novas configurações da política, torna-se necessário compreendermos o papel desempenhado pelos meios de comunicação como instrumentos indispensáveis nas disputas por hegemonia. Compreendendo aqui hegemonia no sentido elaborado por Antonio Gramsci, ou seja, não necessariamente pela conquista do poder instituído, mas, principalmente, pela formação de uma vontade coletiva a partir da consolidação de um determinado pensamento corrente.

A mídia, a cada instante, veicula visões de mundo que concorrem entre si. Assim como os “políticos formais”, os grupos organizados e movimentos sociais perceberam esse espaço como uma lacuna a ser preenchida. Às manifestações de rua, à panfletagem, aos carros de som e às demais formas tradicionais de mobilização agregam-se elementos

mediáticos, com a construção de marcas e slogans, além da produção de propagandas, jornais, programas de rádio e sites na internet.

O planejamento e a elaboração das campanhas de comunicação é vista por esses grupo como uma espécie de “furo ao cerco da mídia”. Um dos integrantes entrevistados do Grupo Crítica Radical afirmou: “todos os meios são válidos”. Cabe a nós investigar quais são as peculiaridades desse fenômeno e de que forma é pensada essa relação com os meios de comunicação de massa.

## **ETIMOLOGIA DO TERMO E A “POLÍTICA FORMAL”**

O conceito de política foi trabalhado por diversos autores, de diversas visões e vivências. Nascido da palavra grega *pólis*, que significa cidade, o vocábulo política significaria “pôr-se em atividade” em busca de um bem coletivo (NEGT; KLUGE, 1999, p.56). Em “O que há de político na política?”, Negt e Kluge (1999) desenvolvem uma conceituação geral para o termo, o subdivindo em duas visões mais comuns, que apesar de classificáveis, permitem uma interação entre si.

A primeira visão corresponderia à “política formal”, àquela que seria exercida através dos políticos profissionais e dos cargos estatais, em que os especialistas manteriam uma “relação de lealdade com governados ou eleitores” em busca de legitimidade. A segunda estaria mais relacionada à cotidianidade da política, marcada pela existência de “sentimentos”, “atitudes” e “energias”. Os autores chamam essa última conceituação de formuladora do que seria a “matéria-prima da política”. Isto é, a política teria origem no homem e a partir dele se expressaria, tomando forma e tornando-se “manifestações públicas”. Essa segunda característica estaria no campo do “intangível”, mas nem por isso deixaria de ter motivações concretas e materiais, como diagnosticou Marx.

No Dicionário de Política de Norberto Bobbio grande parte das definições para o vocábulo política referem-se à idéia de “poder político” e de Estado. Desde a obra ‘A Política’ de Aristóteles, a significação deste termo foi usada “para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado” (BOBBIO, p. 944).

Essa concepção é claramente influenciada pela idéia moderna de política, consolidada, principalmente, a partir da obra clássica de Maquiavel, ‘O Príncipe’. Neste

livro o autor trata aspectos como a imagem, a vaidade, a retórica, a astúcia, como qualidades indispensáveis num governante. Maquiavel (1996) faz uma análise de como o homem político deve se portar para conseguir manter-se no poder.

(...)As injúrias devem ser feitas todas de uma só vez, para que, durando pouco tempo, marquem menos. Os benefícios devem ser feitos pouco a pouco, para serem melhor saboreados. E, sobretudo, um príncipe deve viver com seus súditos de modo que nenhum episódio, seja bom ou mau, mude a sua conduta. (MAQUIAVEL, 1996, p.58)

Sem dúvida, o grande legado de Maquiavel foi inaugurar uma nova era em que política passa a ser vista como independente das crenças e da religião, exercendo um papel autônomo no exercício do poder. Chauí (2001, p. 398) defende que essa mudança trouxe a necessidade da política se fortalecer enquanto prática, através da formulação de teorias políticas, de forma que os “governantes justificassem a ocupação do poder”. A partir de então se deu o surgimento das modernas teorias políticas, dos contratos sociais, dos estados civis, das noções de cidadania.

Maquiavel (1996) escreveu um tratado sobre a persuasão na política, desvendando os bastidores dos jogos de poder e o manejo com os anseios do povo. Desenvolveu um raciocínio lógico para a compreensão dos sentimentos políticos e, ao mesmo tempo, se preocupou em dar conta de meios para a conquista e a manutenção do poder. É importante compreendermos que o contexto histórico do autor o motivou a refletir sobre as práticas absolutistas como superadoras dos resquícios feudais, principalmente com base na experiência italiana. A obra de Maquiavel, portanto, representa um marco para a consolidação da política como “ciência autônoma”, ao demarcar a transição do estado feudal descentralizado para consolidação das monarquias nacionais, que mais adiante levariam ao desenvolvimento das forças produtivas burguesas, além de desmistificar a justificativa teocentrista de que o poder emanava de Deus. Ele rompe com essa tradição e transporta para o homem a responsabilidade e o dever de conduzir a história.

Mais tarde, Gramsci acabou por atualizar as reflexões de Maquiavel, transpondo para o partido político o papel que antes era desempenhado pelo príncipe. Agora, cabia ao partido, numa conjuntura de relações de força, convencer e modelar da “vontade coletiva”. Para tanto, faz-se necessário que o partido sinta os movimentos da sociedade tanto em direção à continuidade das tradições como em direção ao rompimento com essas antigas

práticas. Gramsci (1984) denomina esse *feeling* de “espírito estatal”. Ou seja, os agrupamentos políticos não teriam razão de existir se fossem totalmente descolados da realidade em que se situam, ou assumissem lutas individualistas que desembocam no que ele denomina por “sectarismo”. Precisariam ter uma razão de ser coletiva, um “espírito” estatal e de partido, teriam, portanto, que estar afinados com a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”. Gramsci (1984) aponta que Maquiavel desenvolveu uma teoria que serve às duas partes em luta, ou seja, as normas propostas por ele poderiam ser aplicadas tanto para a manutenção do poder como para a superação do mesmo.

A linha conceitual que privilegia a análise das instituições e aproxima este conceito ao exercício do poder e à atuação em relação à estrutura do Estado, isto é, a linha que destrincha a “política formal” (NEGT; KLUGE, 1999), também foi trabalhada por autores clássicos, tais como Max Weber. Weber (2004) em ‘A Política como vocação’, conceitua a política como sendo “a direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce nesse sentido”. Segundo Weber (2004), ao dedicar-se à política, o homem visa conquistar o poder, seja para realizar seus ideais, seja para obter prestígio. A análise de Weber, longe de se limitar a essas questões que apresentamos, esmiúça as motivações e sentimentos do “homem político”. Relaciona a política ao sistema capitalista ao utilizar o termo “Estado Empresa”, revela os “pecados” da atividade política e antevê um fato que persiste em ocorrer: a subordinação dos partidos aos processos eleitorais.

O autor identifica algumas formas de “fazer política”, as quais podem ter caráter profissional (“políticos profissionais”) ou ocasional (participação em eleições através do voto, por exemplo). O autor divide ainda duas formas de exercício da política pelo homem: aquele que vive da política e aquele que vive para a política. O primeiro teria uma relação de dependência financeira com essa atividade: através dela conseguiria sua subsistência, isto é, faria da política sua “fonte de renda”. Já os que vivem para a política manteriam uma relação afetiva, pessoal, significativa para sua vida. Nas palavras de Max Weber: “quem vive para a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘objetivo da sua vida’ (...).”(WEBER, 2004, p. 68).

No Grupo em estudo, podemos perceber um determinado trânsito entre essas duas formas de exercício político. Desde seu início havia uma atuação “apaixonada”, ou seja, o sentido construído estaria próximo do que Weber define como “viver para a política”. Com a profissionalização do Grupo, principalmente por meio da passagem pela Prefeitura de

Fortaleza, surge uma outra atuação, mais ligada ao campo institucional, aproximando-se da classificação nomeada por Weber de “viver da política”. Hoje, com a saída dos partidos, retornam para a prática antiga de militância.

## **A CRÍTICA DA POLÍTICA**

Primeiramente, nos debruçamos sobre as concepções que privilegiavam o Estado e as instituições enquanto espaço principal para o exercício desta atividade. Agora pretendemos ampliar esse conceito, apresentando formulações teóricas que consideram o papel do Estado, mas que indicam outras esferas de exercício da política.

Essa segunda visão sobre a política a compreende como uma atividade cotidiana que pode, inclusive, ser exercida fora dos partidos e da estrutura do Estado. Caracteriza-a como marcada pela presença de grupos organizados, movimentos sociais, entidades de classe e partidos. Essa visão privilegia a interação entre cultura e política, recorre, por exemplo, à investigação sobre os ritos, símbolos e mitos que constituem a política.

Faz-se interessante pontuarmos que esse termo, ao mesmo tempo que está presente no nosso cotidiano, é tratado com certo desdém e desprezo por parte da população. Ou seja, há uma espécie de barreira entre o “mundo real” e o “mundo da política”. Aldé (2004) trabalha este paradoxo através do conceito de “alienação política”. Se compreendermos alienação no sentido marxiano, podemos definir que o sujeito alienado politicamente, veria esta atividade como externa ao seu mundo e não como parte da sua sociabilidade. Os sistemas políticos seriam, pois, regidos por alguns iluminados, vocacionados para tal atividade. Então, a política adquiriria um outro estatuto e, tal como a religião e o futebol, seria um assunto sobre o qual “não se discutiria”. Esse distanciamento entre o “cidadão comum” (ALDÉ, 2004) e a política o levaria a ter uma “atitude fraca” e por vezes negativa em relação à política. A autora refere-se a esse tipo de atitude:

Geralmente, são pessoas com histórico de pouco contato com a política, que preferem não considerar os problemas da pauta pública como de sua alçada ou interesse, procurando evitar um tema que só lhes provoca sensações de fraude e impotência, e portanto rejeitam”. (ALDÉ, 2004, p.70)

Percebe-se, portanto, que a rejeição a essa temática liga-se também à decepção dos cidadãos com a política. Sobre essa descrença que tem tornado a política um espaço cada vez mais problemático. Esse desencantamento com a política assume, porém, diversas

formas. Enquanto citamos acima a “atitude fraca e negativa” como uma resposta a essa crise, também podemos observar movimentos de descrença que atuam na esfera pública. Enquadrariam-se no que Aldé classifica como “atitude forte e negativa”. É o caso do Grupo Crítica Radical, o qual pretendemos estudar ao longo desta pesquisa. O histórico do grupo, que apresentaremos mais adiante mostra o porquê que este resguarda uma “atitude negativa” em relação à política.

A filósofa alemã Hannah Arendt (1997) em “?Qué es política?” também questionou-se sobre o papel da política. A autora parte de uma constatação de que muito se reflete sobre essa atividade, mas que pouco se aprofunda nas suas complexas definições. Pretende, portanto, mergulhar nas particularidades mais existenciais da política, para então definir o seu sentido enquanto atividade humana.

La política, se dice, es una necesidad ineludible para la vida humana, tanto individual como social. Puesto que el hombre no es autárquico, sino que depende en su existencia de otros, el cuidado de ésta debe concernir a todos, sin lo cual la convivencia sería imposible. Misión y fin de la política es asegurar la vida en el sentido más amplio. (ARENDR, 1997, p.67)

De uma forma geral, sua definição articula-se com a idéia de política enquanto atividade coletiva, de atuação cotidiana. A política estaria então sendo parte da vida dos homens, os quais têm a necessidade de pertencer a um determinado grupo para existirem. Arendt toca, portanto, no cerne da ontologia humana ao definir a política como condição humana. Segundo ela, de uma forma ideal, a política seria a atividade que libertaria o homem. Porém, a autora reflete sobre o aspecto ilídico dessa afirmação e se questiona, principalmente tendo como base as experiências totalitárias:

nace la cuestión de si la política y la libertad son conciliables en absoluto, de si la libertad no comienza sólo allí donde acaba la política, de manera que simplemente ya no hay libertad donde lo político no tiene final ni límites. (ARENDR, 1997, p.67)

Ou seja, Arendt (1997) acaba fazendo uma conceituação mais crítica do conceito, apresentando-o ao mesmo tempo enquanto essência da coletividade humana e enquanto aprisionador e mutilador da liberdade, sobretudo ao ser exercido pelo poder estatal. Podemos, de certa forma, conectar essa definição crítica de Arendt à proposta apresentada pelo Grupo Crítica Radical, em que a política assume dois sentidos simultâneos de manifestações: a política como atividade organizativa e mobilizadora, aglutinando os

militantes do grupo em torno de determinadas ações e idéias, e a política enquanto categoria que exerce o poder e se caracteriza como repressora da individualidade, cerceadora da liberdade e distanciada da maioria da população.

No caso do Grupo em questão, a passagem pela prefeitura, a queda do muro de Berlim<sup>2</sup> e a institucionalização dos partidos de esquerda<sup>3</sup> foram os principais motivos que levaram seus militantes a refletir sobre o seu conteúdo programático e a sua atuação na política. Nessa atuação incluem-se os mandatos parlamentares, a militância no sindicalismo, no movimento de mulheres e no movimento comunitário de bairros e favelas.

O fato do Grupo Crítica Radical ter se retirado da política institucional e dos partidos, pode suscitar indagações sobre a que campo pertencem, ou mesmo se pertencem a algum campo. Durante a observação na pesquisa de campo que fizemos com o Grupo, pudemos notar que há uma certa rejeição à classificação por parte dos militantes.

- Essas questões nos levaram a um tipo de posicionamento, não só porque era diferente da esquerda, não só porque era diferente da direita, mas a pergunta era a seguinte: Como manter a coerência? A autenticidade na descoberta? Quando nós fomos abrir a campanha contra a política [...] porque nós viemos desse processo, nós atuamos na política, agora vamos negar? (Jorge Paiva)

A crítica à política é feita também em relação à esquerda e à direita. Nas “falações”<sup>4</sup> dos militantes percebemos que muitas vezes esses campos não são distinguidos. Ou seja, todos os políticos e partidos são considerados portadores de práticas semelhantes. Como observamos a partir da fala de Jorge Paiva na entrevista que realizamos: “A esquerda não bota “socialismo ou barbárie?” Nós saímos com ‘emancipação ou barbárie’?”, disse referindo-se a uma pichação feita pelo Grupo.

Porém, mesmo emitindo discursos contrários aos campos, a longa trajetória no campo da esquerda ainda deixa resquícios na atuação do Grupo. Talvez por esse ser um “movimento em gestação”, como eles próprios definem. A linguagem, os símbolos, o histórico, as doutrinas e as palavras de ordem ainda habitam o imaginário da esquerda.

A identificação de partidos e grupos desse campo é possível através do reconhecimento de símbolos e referências que compõem os rituais de esquerda. Martine

---

<sup>2</sup> Evento que simbolizou o fim do socialismo no Leste Europeu. Segundo Jorge Paiva, as experiências socialistas apesar de se contraporem ao capitalismo, mantiveram resquícios desse sistema.

<sup>3</sup> Depois da redemocratização, houve um crescimento significativo de administrações municipais e estaduais de políticos do campo da esquerda.

<sup>4</sup> Termo usado pelos militantes para designar os discursos de agitação proferidos em manifestações políticas.

Segalen (2002, p.99) conceitua rito como sendo um código que se apropria “convenções culturais” para transmitir informações. No caso dos rituais no campo político, Segalen (2002, p. 101) ressalta que esses tendem a se apoiar em “referências conhecidas, sejam motivos musicais ou personagens míticas ou históricas”. O campo da esquerda apresenta símbolos e ritos característicos. Percebemos alguns destes nas atividades do Grupo Crítica Radical.

A missão revolucionária e a responsabilidade militante são tarefas preservadas pelo Grupo. A forma de organização e a convocação para atividades guardam elementos da simbólica de esquerda, como as “falações”, manifestações, protestos, atos. O ideal participativo e igualitário é também resguardado como princípio pelos militantes. Reflexões e leituras críticas sobre o capitalismo funcionam como guia para a ação. Enfim, uma série de características que tornam reconhecíveis uma identidade de esquerda.

As divergências do Grupo com os rumos tomados por esse campo coincidem com a ocupação crescente da esfera institucional pela esquerda. Enquadram-se, pois, no campo da “esquerda insurrecional”<sup>5</sup> que abrange as correntes de tendências mais radicais e de oposição à estrutura do Estado. Portanto, para efeitos desse trabalho, trabalharemos com duas classificações no campo da esquerda: a esquerda tradicional e a esquerda insurrecional.

Alguns esquerdistas “se desviam” da meta principal por instantes, mas afirmam que ainda a vislumbram. Outros procuram manter a chama acesa mesmo que pra isso tenham que recusar as tentações do poder. E assim a esquerda se divide por dentro, em diversas correntes e tendências que de formas diversas atuam com vistas à emancipação.

Os desvios, por vezes, são considerados como “caminhos sem volta”, pela incorporação de práticas da direita dentre elas o autoritarismo e as alianças com setores conservadores. Já aqueles que se apegam à raiz do sentido de ser esquerda, os chamados radicais, se autodenominam coerentes e são julgados pela ala mais moderada como ortodoxos e intransigentes.

Como pudemos observar até hoje o Grupo mantém resquícios dessa trajetória de esquerda, tendo como lema principal a “emancipação humana”, alimentada por textos de crítica ao capitalismo e atividades políticas. Esses resquícios guardam outras particulares do

---

<sup>5</sup> Termo utilizado por Carvalho (1999) para designar grupos de esquerda que se recusam a participar do processo eleitoral e da democracia representativa.

campo das esquerdas, analisaremos a partir dos pontos destacados por Carvalho (1999): presença de intelectuais, atividade militante, tendência a rachas e cisões, e participação ou não no jogo eleitoral.

## **DIMENSÃO ONTONEGATIVA DA POLITICIDADE**

Abordamos aqui algumas visões sobre a política que contemplam tanto uma idéia positiva quanto uma idéia negativa dessa atividade. Karl Marx foi um dos importantes autores que formulou e compreendeu a política na sua forma mais dialética, tratando-a tanto na esfera do poder do Estado, como na possibilidade organizativa dos trabalhadores que os levaria à emancipação.

Para efeito desta pesquisa, torna-se relevante percebermos as caracterizações positivas e negativas que Marx elabora em relação à política. Chasin (2000) fala de uma “determinação ontonegativa da politicidade” e a percebe nas diversas fases do pensamento de Marx. O autor ressalta que na primeira fase, o pensamento de Marx apresentou elementos positivos na política identificando “na política e no estado a própria realização do humano e de sua racionalidade”. (CHASIN, 2000, p. 132). Chasin aponta que há uma determinação positiva da politicidade na fase primordial das obras de Marx, sobretudo nas suas publicações na Gazeta Renana e nas cartas que trocou com Ruge até meados de maio de 1843, a exemplo desse trecho: “Ser humano deveria significar ser racional; homem livre deveria significar republicano” (MARX apud CHASIN, 2000, p.135). Após sua saída da Gazeta Renana, quando Marx voltou-se exclusivamente para os estudos, sobretudo acerca da obra de Hegel, seu pensamento passou por um processo de radicalização. Desde então, iniciou-se o período de publicação das suas obras que, mais tarde, tornaram-se um marco no pensamento social, tais como “Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – uma introdução”. O próprio Marx reconheceu essa guinada e afirmou:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como forma de estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraizam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política. (MARX apud CHASIN, 2000, p. 137)

Em “A Ideologia Alemã”, Marx lança as bases do que seria mais tarde consolidado como “marxismo”, aprofundando essas questões já constatadas, de que as condições materiais são fatores determinantes para a definição e demarcação de cada homem no seu contexto histórico. A importância dessa definição está na ruptura com a tradição teórica anterior, simbolizada em Marx por Hegel, marcada pelo idealismo e espiritualismo. Para Marx, “todos os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX, 2004, p.53). Isto significa que primeiro o homem deve ter as necessidades básicas satisfeitas (comer, beber, ter onde morar) para que então ele tenha a “tomada de consciência de que vive em sociedade”. (MARX, 2004, p.57).

A detenção e posse de terras e dos meios de produção possibilitaria ao homem boas condições materiais para a sua sobrevivência. Porém, aquele que não se apoderasse de nenhum desses benefícios teria que se sujeitar à exploração, constituindo uma classe subalterna que surgiria para “suportar todo o ônus da sociedade sem usufruir de suas vantagens”. (MARX, 2004, p.105)

Para Marx, só a autoconsciência da classe trabalhadora a direcionaria para uma ação coletiva, com vistas a superar o sistema capitalista: “Faz-se necessária uma transformação ampla dos homens para a criação em massa dessa consciência comunista e também para o êxito da causa em si”. (MARX, 2004, p.106). Przerworski (1989) ao discutir a participação dos partidos socialistas nos certames eleitorais, cita uma frase de Marx que foi proferida no Manifesto de Lançamento da Primeira Internacional, em 1864:

Para ser capaz de emancipar a classe operária, o sistema cooperativo deve ser desenvolvido em âmbito nacional, o que implica a necessidade de dispor de recursos em escala nacional. (...) Nessas condições, o grande dever da classe operária consiste em conquistar o poder político. (MARX apud PRZERWORSKI 1989, p. 20)

No “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels (1977) delineiam a proposta de transformação por meio de uma revolução comunista, caracterizada pela abolição da divisão do trabalho e das classes sociais, divisões estas que surgiram de motivações “puramente econômicas”.

Então, através da crítica à economia política, Marx passa a interrelacionar essas duas esferas, política e economia, como mantenedoras de uma relação dialética, ou seja, tanto as motivações para a transformação econômica estariam articuladas a uma mobilização

política, como a manutenção da ordem econômica vigente estaria necessariamente ligada a um domínio político. Ele desenvolve este raciocínio na obra “A Ideologia Alemã”

Pelo menos na história moderna fica, portanto, demonstrado que todas as lutas políticas são lutas de classes e que todas as lutas de emancipação de classes, apesar de sua inevitável forma política, pois toda luta de classe é uma luta política giram, em última instância, em torno da emancipação econômica. (MARX, 2004, p.131)

Gramsci, como intelectual marxista, também desenvolveu o conceito de política em consonância com o conceito de economia. Gramsci (1984) define ainda a política como uma “ação permanente” e fala ainda da existência de uma “paixão política” que seria o motor impulsionador que levaria às ações.

No caso das classes dominantes, o principal espaço de exercício político seria o Estado. Marx fala de um Estado governado pelas relações econômicas que assume uma “forma ilusória de coletividade”, pois na verdade é o reflexo de uma classe particular: a classe dominante, que de posse do aparato estatal, jurídico e militar, garante a satisfação de suas necessidades, realiza as ações de seus interesses e, sobretudo, exerce sua dominação sobre as outras classes.

## **A ORGANIZAÇÃO DO GRUPO**

Recentemente, os militantes do Grupo Crítica Radical conseguiram angariar recursos através de doações para comprar a sede do Instituto Filosofia da Práxis, onde todas as semanas reúnem-se com o objetivo de trocar informações, planejar atividades e discutir textos. Essa conquista fortaleceu a organização do Grupo.

- A gente faz o espaço aqui [Instituto Filosofia da Práxis], por isso que a gente lutou tanto por esse espaço, esse espaço permite uma articulação permanente do grupo. Pessoas que são totalmente engajadas, outras que estudam e trabalham e chegam, outras que só estudam e chegam, pessoas que estão sem trabalhar e estão dedicadas às atividades do grupo. Então o espaço permite essa articulação diária e os encontros, onde a gente faz os debates, os estudos e ao mesmo tempo pensa as atividades. (Rosa da Fonsêca)

Pelo que pudemos observar participam integralmente do Grupo Crítica Radical cerca de vinte militantes. Sendo que esse número se amplia se contarmos com aqueles que acompanham as atividades e reuniões. Alguns militantes dedicam seu tempo integral para o Grupo e outros fazem uma atuação mais setorial, no movimento de mulheres, de juventude

e nas comunidades. Certas atividades agregam um número maior de pessoas em torno do Grupo, que são militantes dispersos e pontuais. Do antigo “Grupo da Maria”, que segundo José Guimarães tinha uma faixa de 150 a 200 militantes, permaneceram algumas pessoas enquanto outras continuaram atuando em partidos.

A formação política dos participantes é realizada através de seminários, leitura coletiva de textos e estudos em grupo. Segundo Jorge Paiva há uma falta de interesse e dificuldade de compreensão da teoria por parte de alguns militantes: “Não são todos do Grupo que dão importância para essa teoria, não são todos/todas que lêem, alguns, inclusive, consideram o texto difícil. Isso representa estudos sistemáticos, leituras coletivas. Todo sábado aqui a gente se encontra”. Porém, segundo ele, o Grupo tem avançado em direção a uma coesão com a teoria crítica radical.

A gente está ainda no processo de formulação da construção do novo movimento social. Esse processo se dá exatamente na reflexão teórica e pensando praticamente como vai atuar no sentido de construir um movimento que realmente se coloque na perspectiva da ruptura com o sistema. (Rosa da Fonsêca)

Todas essas novas concepções causaram impactos na atuação do Grupo, mas também muitos resquícios da militância na esquerda tradicional permaneceram. Um deles é a presença constante do Grupo em reivindicações dos trabalhadores e estudantes, apesar de terem saído da diretoria de sindicatos e entidades estudantis. Nesses espaços de atuação, o Crítica Radical tenta expor suas posições em relação à crise do Estado capitalista. O acompanhamento das Reformas do Estado e das mobilizações contrárias às ações privatizantes ainda são pautas de manifestações do Grupo. Mesmo que haja uma forte tentativa de ampliá-las em direção a uma “crítica radical” do sistema capitalista, nem sempre essa estratégia é visibilizada como prioritária. Como aconteceu no caso da “tortada” no Ministro Berzoini, episódio que trataremos mais adiante. Os pontos centrais da doutrina do Grupo Crítica Radical são o “Fim do Trabalho”, o “Fim da Política” e o combate às relações fetichistas entre os sexos.

O Grupo Crítica Radical, composto por ex-partidários do campo da esquerda cearense e pela ex-prefeita e ex-petista Maria Luiza Fontenelle destaca-se no cenário político cearense pela utilização de estratégias de comunicação veiculados no grandes veículos de comunicação. Essa seria uma das únicas formas de “furar o cerco” da mídia, a

qual, segundo o militante Ronaldo Rogério, “tem dificuldade de dar divulgação a isso, porque nem sempre interessam certos tipos de notícias”.

Além da ida às redações outras estratégias são adotadas pelo Grupo como forma de repercutir ações na mídia. Como afirmou o militante Ronaldo: “Nós não achamos errado intervir na mídia não. Não somos puristas”. A mais marcante dessas estratégias foi inclusive noticiada pelos jornais de todo o país: a “tortada” no Ministro do Trabalho Ricardo Berzoini.

A campanha “Fora Política” que tem sido a linha seguida pelo Grupo desde o fim de 2005, expandiu-se até o período eleitoral de 2006, apresentando-se como alternativa às candidaturas. A repercussão na mídia impressa, a ser analisada por nós em trabalhos futuros, foi constante, tanto na forma de notícias como de anúncios pagos pelo Grupo. A estratégia da panfletagem em locais públicos e a realização de “atos-shows” foram formas encontradas para a divulgação “corpo a corpo” com a população. O material apresentou além de ilustrações no estilo charge com a imagem dos candidatos, como argumentações teóricas para o ato. Em relação as outras campanhas, o Grupo apresentou um elemento novo: um discurso “didático”, explicando todas as consequências para o ato do “boicote eleitoral”.

Nesse trabalho, analisamos, a partir de uma revisão de literatura, as implicações teóricas para a compreensão desse fenômeno. A análise específica dos atos da campanha, bem como dos materiais de divulgação pretende ser um estudo futuro, quando o distanciamento de tempo nos possibilitará o entendimento da ação como um todo, até o término do processo eleitoral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A alteração da visibilidade e dos contatos entre os homens, também destacada por Thompson em “A mídia e a modernidade”, levou vários autores brasileiros a se debruçarem sobre as consequências desta tendência na relação entre os campos da mídia e da política. Venício Lima (2001), por exemplo, defende que há uma centralidade da mídia na sociedade contemporânea. Isso significa que as principais decisões, informações, imagens e fatos passam necessariamente pelo espaço midiático. Além disso, o autor ressalta que é crescente o tempo despendido pelo homem no consumo de informações advindas dos meios de

comunicação. Ou seja, cada vez menos haveria o contato direto entre os cidadãos, sendo este substituído pelo “contato” midiático.

Na verdade todas essas questões merecem cautela ao serem tratadas. Isto porque muitas pesquisas e também alguns fatos mostram que nem sempre a mídia ocupa o espaço central na sociedade. Alguns movimentos de opinião<sup>6</sup> e de mobilização não captados pelas antenas e redações mantêm uma relativa autonomia e acabam por surpreender e se contrapor à agenda, muitas vezes imposta, dos meios de comunicação de massa. Cientes dessa questão, muitos pesquisadores têm optado por estudos de recepção dos meios de comunicação, como forma de analisar a interpretação das mensagens por parte das audiências.

A visão hipertrofiada em relação ao poder e à influência da mídia pode incorrer num erro também por parte dos movimentos de contestação ao sistema. Rubim ressalta o risco de “descolamento” desses movimentos. Ou seja, a visão do ativismo midiático como estratégica de comunicação contra-hegemônica pode, caso vista de forma uníssona, levar esses grupos a se distanciarem das suas causas e das suas bases de atuação, uma tendência já indicada por Castells (2000): “Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia”.

Porém algumas experiências acabam pondo em xeque essa propensão. A interação entre “rua e tela” (Rubim), ou seja, entre a atuação dos movimentos sociais na mídia e na vivência cotidiana, também pode resistir. Como exemplo, podemos observar campanhas eleitorais, principalmente do campo da esquerda, que, apesar de trabalharem com os princípios do marketing político, apresentam como diferencial a mobilização popular nas ruas. Outros exemplos podem ser extraídos de movimentos como os Neozapatistas na Colômbia, que através dos comunicados do subcomandante Marcos à mídia e de sítio na internet, conseguem visibilidade, inclusive internacional. No caso do Brasil, podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que aliam a política de comunicação (publicação de jornal, revista, sítio na internet) à ocupação de terras e às marchas pela Reforma Agrária.

---

<sup>6</sup> Como exemplo podemos citar a crise política de 2005, em que os meios de comunicação tiveram uma forte atuação na depreciação da imagem do Governo Lula e, apesar disso a popularidade do presidente não sofreu grandes alterações. Segundo a última pesquisa Datafolha, o atual índice de popularidade de Lula (36%) tem se aproximado do índice verificado no início da crise política (35%).

Esses grupos, portanto, têm a compreensão da relevância da mídia na contemporaneidade, mas não limitam seu campo de atuação ao universo midiático, afinal entendem que a crítica ao sistema capitalista deve ocupar também as ruas, o parlamento, enfim outros espaços de sociabilidade.

Na verdade, a grande questão que ronda a relação entre os movimentos sociais e grupos anticapitalistas com a mídia é linha tênue entre a atuação contra hegemônica através dos meios e a espetacularização que essa exibição pode trazer. A mobilização nas ruas e a formação política devem ser pensadas, portanto, em consonância com o planejamento de comunicação desses agrupamentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARENDRT, Hannah. **?Qué es política?** Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Troca Simbólica e a Morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1986. 1318 p.
- \_\_\_\_\_, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995. 129p.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. 268 p.
- CHASIN, J. **A determinação ontonegativa da politicidade**. In: *Ensaio Ad Hominem – Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- COSTA, Francly Mary Carvalho. **A comunicação na Administração Popular de Fortaleza** (Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – UFC). Fortaleza, 1991. 114 p.
- GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era de Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- LIMA, Venício. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: *Cartas Filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- NEGT, O.; KLUGE, A. **O que há de político na política?** São Paulo: UNESP, 1999.

PAIVA, Jorge (Org.) Publicações do Seminário Internacional. **A Teoria Crítica Radical, Superação do Capitalismo e a Emancipação humana**. Fortaleza, 2000.

PRZERWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **O lugar da política na sociabilidade contemporânea**. Salvador, 2001, 17 p. Disponível na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-politica-contemporanea.pdf> > Acesso em 10/08/2006.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. 2ª. edição, Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. Martin Claret: São Paulo, 2004.